

Linguagem e comunicação de pessoas com deficiência intelectual e suas contribuições para a construção da autonomia

Cintia Perez Duarte

Doutora em Distúrbios do Desenvolvimento pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (Mackenzie) – SP - Brasil, com período sanduíche em National University of Ireland Galway (NUI Galway) - Irlanda. Professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie (Mackenzie) – SP – Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/4295514859949655>

E-mail: cintia@nexoic.com.br

Renata de Lima Velloso

Doutora em Distúrbios do Desenvolvimento pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (Mackenzie) – SP - Brasil. Pesquisadora do Laboratório de Transtornos do Espectro do Autismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie (Mackenzie) – SP - Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/3215793325078694>

E-mail: renata@nexoic.com.br

Submetido em: 30/07/2017. Aprovado em: 10/09/2017. Publicado em: 03/12/2017.

RESUMO

Pessoas com deficiência intelectual (DI) apresentam déficits nos aspectos relacionados a habilidades cognitivas, bem como no funcionamento adaptativo em áreas de independência pessoal e responsabilidade social. Dentre as alterações, apresentam atraso na aquisição e desenvolvimento da linguagem, com variações quanto ao grau de comprometimento e funções afetadas. A comunicação é o meio através do qual as pessoas se relacionam e mantêm contato com os outros, aprendem acerca do mundo e interagem para trocar informação. Por isso a avaliação da linguagem e do funcionamento comunicativo na DI é fundamental, colaborando desde o processo diagnóstico até o planejamento de intervenções e delineamento de metas que auxiliem os aspectos funcionais no cotidiano. Os objetivos principais de intervenção devem contemplar um ajuste da comunicação e interação comunicativa entre a pessoa com DI e o ambiente, auxiliando na identificação dos níveis comunicativos da pessoa para que estes sejam estimulados e valorizados. É essencial o enfoque na promoção de capacidades comunicativas que levem à autonomia, tornando o indivíduo participante ativo em diferentes contextos por meio da comunicação.

Palavras-chave: Linguagem. Comunicação. Deficiência intelectual.

Language and communication of people with intellectual disabilities and their contributions to the construction of autonomy

ABSTRACT

People with intellectual disabilities (ID) have deficits in aspects related to cognitive abilities, as well as in the adaptative functioning in areas of personal independence and social responsibility. Among the alterations, they present delay in language acquisition and development, with variations in the degree of impairment and affected functions. Communication is the medium through which people relate and maintain contact with others, learn about the world and interact to exchange information. For this reason, the evaluation of language and communicative functioning in ID is fundamental, collaborating from the diagnostic process to the planning of interventions and the design of goals that help the functional aspects in the daily life. The main objectives of intervention should include an adjustment of communication and communicative interaction between the person with ID and the environment, helping to identify the person's communicative levels so that they are stimulated and valued. It is essential to focus on the promotion of communicative capacities that lead to autonomy, making the individual participant active in different contexts through communication.

Keywords: Language. Communication. Intellectual disability.

Idioma y comunicación de personas con discapacidad intelectual y sus contribuciones a la construcción de la autonomía

RESUMEN

Las personas con discapacidad intelectual (DI) presentan déficits en los aspectos relacionados con las habilidades cognitivas, así como en el funcionamiento adaptativo en áreas de independencia personal y responsabilidad social. Entre las alteraciones, presentan retraso en la adquisición y desarrollo del lenguaje, con variaciones en cuanto al grado de compromiso y funciones afectadas. La comunicación es el medio a través del cual las personas se relacionan y mantienen contacto con los demás, aprenden acerca del mundo e interactúan para intercambiar información. Por eso la evaluación del lenguaje y del funcionamiento comunicativo en la DI es fundamental, colaborando desde el proceso diagnóstico hasta la planificación de intervenciones y delineamiento de metas que auxilien los aspectos funcionales en lo cotidiano. Los objetivos principales de intervención deben contemplar un ajuste de la comunicación e interacción comunicativa entre la persona con DI y el ambiente, auxiliando en la identificación de los niveles comunicativos de la persona para que éstos sean estimulados y valorizados. Es esencial el enfoque en la promoción de capacidades comunicativas que lleven a la autonomía, haciendo al individuo participante activo en diferentes contextos por medio de la comunicación.

Palabras clave: Lenguaje. Comunicación. Deficiencia intelectual.

INTRODUÇÃO

O *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-5* (APA, 2014), ao se referir às características diagnósticas de deficiência intelectual (DI), cita déficits em capacidades cognitivas variadas e prejuízo na função adaptativa diária, sendo que o início ocorre durante o período do desenvolvimento, antes dos 18 anos de idade. Logo, o diagnóstico de DI se baseia em avaliação clínica, através de testes padronizados das funções adaptativa e intelectual.

As funções intelectuais prejudicadas nas pessoas com DI envolvem raciocínio, solução de problemas, planejamento, pensamento abstrato, juízo, compreensão verbal, memória de trabalho, raciocínio perceptivo, raciocínio quantitativo, pensamento abstrato e eficiência cognitiva (APA, 2014).

Os déficits no funcionamento adaptativo referem-se à independência pessoal e responsabilidade social. O funcionamento adaptativo envolve raciocínio adaptativo em três domínios: conceitual, social e prático. O domínio conceitual envolve competência em termos de memória, linguagem, leitura, escrita, raciocínio matemático, aquisição de conhecimentos práticos, solução de problemas e julgamento em situações novas, entre outros. O domínio social envolve percepção de pensamentos, sentimentos e experiências dos outros, empatia, habilidades de comunicação interpessoal, habilidades de amizade e julgamento social. O domínio prático envolve aprendizagem e autogestão em todos os cenários de vida, inclusive cuidados pessoais, responsabilidades profissionais, controle do dinheiro, recreação, autocontrole comportamental e organização de tarefas escolares e profissionais (APA, 2014).

Além dos pontos descritos, as pessoas com DI apresentam alterações significativas em relação à velocidade de processamento, quando comparadas aos seus pares da mesma idade. Apresentam padrão mais lentificado para memorização eficaz, associação e classificação de informações, raciocínio e realização de julgamentos adequados (VIEIRA E PEREIRA, 2007). Portanto, a linguagem torna-se aspecto muito importante a ser avaliado e que

merece atenção, seja com enfoque na estrutura da linguagem, em seu conteúdo ou no seu uso funcional para comunicação com os demais.

LINGUAGEM

Bishop e Mogford (2002) se referem à linguagem como um sistema organizado de forma regular e previsível, possibilitando, com isso, redigir uma lista de regras que descrevem a regularidade do sistema. Existem diferentes níveis nos quais o sistema pode ser organizado, com unidades de análise distintas: a fonologia (os sons da fala são utilizados como unidades distintas em uma determinada língua), a sintaxe (formulação de regras para descrição das formas pelas quais diferentes partes do discurso podem ser combinadas para formar frases em uma língua), a morfologia (estrutura interna das palavras e sua decomposição em unidades menores com significado, ou morfemas), a semântica (significado da linguagem), e a pragmática (correta utilização da língua em diferentes contextos, comunicação efetiva). Em circunstâncias normais de desenvolvimento, esses níveis desenvolvem-se de modo ordenado e sucessivo.

As habilidades metalinguísticas podem ser entendidas como habilidades de pensar sobre a linguagem como um objeto de estudo ou manipulação e envolvem manipular, conscientemente, aspectos da linguagem (SALLES et al., 1999).

A consciência metalinguística, segundo Barrera e Maluf (2003), é um termo genérico que envolve diferentes tipos de habilidades, tais como segmentar e manipular a fala em suas diversas unidades (palavras, sílabas e fonemas), separar as palavras de seus referentes (ou seja, estabelecer diferenças entre significados e significantes), perceber semelhanças sonoras entre palavras e julgar a coerência semântica e sintática de enunciados. Tal atividade envolve a atenção consciente aos aspectos formais da linguagem (níveis fonológico, morfológico e sintático), e não apenas ao seu conteúdo (nível semântico).

Certos julgamentos sobre a gramaticalidade de enunciados, a compreensão de metáforas e a detecção de ambiguidades semânticas parecem se desenvolver tardiamente, enquanto certos comportamentos indicativos de reflexão sobre aspectos fonológicos da linguagem são encontrados mais precocemente.

Perissinoto e Chiari (2003) ressaltam que, apesar de a criança com desenvolvimento típico não falar durante o primeiro ano de vida, sua interação com os outros é essencial para o desenvolvimento da linguagem, e seu surgimento marca o desenvolvimento cognitivo e social da infância. Por esse motivo, torna-se importante considerar as relações entre linguagem e interação social na fase pré-linguística e ao longo do processo linguístico. Segundo Bee (1996), a criança mostra seu interesse na comunicação com os demais desde o nascimento, reagindo à modulação dos sons da fala, procurando a fonte sonora, acompanhando o olhar referencial de seus pais e o movimento de objetos.

Bates (1976) se refere à linguagem, do ponto de vista do falante, como um conjunto de operações mentais para construção e uso de sentenças dentro de um contexto. Para que a criança adquira linguagem é necessário que aprenda estruturas abstratas da competência linguística e o modo de usá-las apropriadamente. Halliday (1978) considera que a criança cria primeiramente sua própria linguagem e, depois, adquire a língua materna conforme ocorre a interação com o seu grupo social. Seria, então, um produto do processo de inserção do sujeito na sociedade e, quando a criança a desenvolve, ela está aprendendo os conceitos existentes no mundo por meio da própria linguagem e, dessa forma, construindo sua noção de realidade. Esse desenvolvimento está diretamente relacionado às habilidades cognitivas (BEFI-LOPES et al., 2000).

Vários elementos estão envolvidos no conceito de comunicação e linguagem, e a efetividade comunicativa é estabelecida na relação falante-ouvinte, levando-se em conta tanto as emissões do emissor quanto as do receptor e as trocas de papéis entre eles (PERISSINOTO E CHIARI, 2003).

O uso adequado de informações do contexto é crítico para o processo de compreensão da linguagem, uma vez que o contexto está na situação presente e ativa o histórico do ouvinte que acompanha a situação (MILOSKY, 1996). A comunicação é o meio através do qual as pessoas se relacionam e mantêm contato com os outros, aprendem acerca do mundo e interagem para trocar informação.

LINGUAGEM E DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

A avaliação da linguagem e do funcionamento comunicativo do indivíduo com DI é fundamental, colaborando desde o processo diagnóstico até o planejamento de intervenções e delineamento de objetivos que auxiliem os aspectos funcionais no cotidiano. Assim, o profissional deve identificar os fatores que irão afetar o funcionamento e adaptação da pessoa com DI e criar condições comunicativas que influenciem de forma positiva o seu desempenho nos vários contextos ecológicos.

Parte dos aspectos relevantes na avaliação de linguagem pode ser investigada por equipe de profissionais de áreas diversas. No entanto, é essencial que o fonoaudiólogo realize avaliação específica e avalie aspectos referentes a motricidade oral e funções neurovegetativas (mastigação, deglutição e respiração), que também interferem no desenvolvimento comunicativo e desempenho adaptativo.

A avaliação clínica de tal habilidade é imprescindível, assim como o conhecimento e o uso de ferramentas técnicas especificamente ligadas à comunicação humana. Nos casos de DI é de extrema importância, uma vez que é um aspecto notadamente comprometido. Devem-se levar em conta os parceiros comunicativos e aspectos socioculturais individuais.

A ação avaliar permeia todo o fazer clínico, a síntese das evidências conclui o processo diagnóstico com um objetivo final para o caso. Um diagnóstico de linguagem tem o objetivo de explorar todo o desenvolvimento da compreensão e expressão do

indivíduo, levando-se em conta a linguagem antes da fala propriamente dita (PERISSINOTO E CHIARI, 2003).

Deve-se avaliar a competência da criança em compreender e formular os sistemas simbólicos falados ou escritos (habilidades de linguagem), bem como a habilidade em fazer uso como um instrumento efetivamente interativo com outros contextos sociais (competência comunicativa), que envolve a intenção comunicativa.

Após a avaliação, cada resposta obtida nas diferentes situações planejadas representa uma possibilidade de linguagem do indivíduo. Todos esses achados permitem a reorganização dos dados para informar, instrumentalizar e referenciar condições para o sujeito e sua família (PERISSINOTO E CHIARI, 2003). Portanto, a avaliação em casos de DI torna-se importante, ao passo que complementa a avaliação multidisciplinar e auxilia no diagnóstico diferencial, direcionando assim uma intervenção adequada.

As pessoas com DI sempre apresentam atraso na aquisição e desenvolvimento da linguagem, variando os prejuízos apresentados de indivíduo para indivíduo, assim como o grau de comprometimento. Apresentam condição semelhante a uma construção inacabada, sendo que sua evolução é similar a de pessoas com desenvolvimento típico mais novas (LIMA, 2002). Da mesma forma, o déficit de comunicação da pessoa com DI caracteriza-se por um desvio lento, e segue as mesmas etapas que o da criança sem atraso, mas não completando essas etapas de maneira adequada e na idade esperada.

A capacidade de se comunicar através da linguagem e da fala é considerada uma tarefa muito complexa, sendo fundamental para o desenvolvimento pessoal ao longo da vida. Sendo a comunicação um processo de desenvolvimento de origem social e a linguagem oral um veículo que origina atos de comunicação, sempre encontramos nas pessoas com DI alterações no desenvolvimento no processo de comunicação (GOUVEIA, ALVES E TEIXEIRA, 2008). Mesmo possuindo algum potencial em nível de linguagem oral, as pessoas com DI desconhecem muitas vezes sua utilidade como ferramenta de comunicação.

Os déficits relacionados a essa habilidade constituem um dos maiores desafios na educação da pessoa com DI. Podem apresentar escassa iniciativa nas interações, uso de forma estereotipada e descontextualizada e escassa utilização da linguagem para diferentes funções: instrumental (para a concretização de desejos e necessidades), reguladora (para controlar o comportamento do outro), interacional (para participar socialmente), pessoal (para expressar opiniões pessoais), imaginativa (para fantasiar), heurística (para obter informações) e informativa (para dar informações). A linguagem nessa população tem, na maior parte das vezes, função de expressão de desejos (instrumental), atuação sobre o meio (reguladora) e déficits nas demais funções (GOUVEIA, ALVES E TEIXEIRA, 2008).

A linguagem está relacionada com a evolução de outras áreas na evolução do indivíduo, e também necessita de oportunidades de interação para seu desenvolvimento adequado. Alguns fatores interferem diretamente na participação e interação social dessas pessoas, assim como na aprendizagem de linguagem em ambientes naturais, como o fato de demorarem mais do que as outras crianças para processar e reagir aos estímulos recebidos, e também o fato de suas interações serem controladas pelos adultos grande parte do tempo devido as suas dificuldades (TETZCHNER E MARTINSEN, 2000).

O desenvolvimento pré-linguístico que ocorre normalmente nos primeiros 18 meses de vida, e é marcado pelo aparecimento das primeiras palavras, pode ocorrer apenas por volta dos dois ou três anos em uma criança com DI (RONDAL E EDWARDS, 1997). Durante esse período, a criança aprende os princípios básicos da comunicação humana, primeiro em nível não verbal, como choro e contato visual, e mais tarde na produção de palavras, o que indica aspectos importantes do desenvolvimento nos quais apresentam atrasos significativos.

Uma característica importante da linguagem dessa população é a diferença existente entre sua capacidade de compreensão e de expressão.

A dificuldade é frequentemente maior na produção de linguagem, ou seja, na expressão. No nível morfológico, apresentam déficits no que se refere aos morfemas gramaticais (como artigos, preposições, plurais, concordância e advérbios). No desenvolvimento típico, as crianças aprendem a morfologia de maneira inconsciente ao mesmo tempo em que falam, enquanto as crianças com DI têm maiores dificuldades, pois além de suas limitações cognitivas e de abstração na compreensão da linguagem, apresentam alterações em sua fala (GOUVEIA, ALVES E TEIXEIRA, 2008).

Em algumas situações os padrões fonológicos e morfossintáticos tornam-se bem reduzidos, com ausência de elementos de ligação e estruturas frasais primitivas. Acompanhando essas características podem ocorrer dificuldades oromotoras, havendo necessidade de maior enriquecimento ou ajustamento das sensações proprioceptivas, facilitando a fixação dos padrões fonológicos corretos (LIMA, 2002).

Outra alteração relevante encontra-se na sintaxe, a gramática que permite organizar, segundo determinadas normas, as várias palavras dentro de uma frase, a elaboração de frases simples e complexas, o tipo de frases que podem ser construídas, a estrutura e as funções sintáticas que permitem que haja concordância entre o sujeito e o verbo, bem como a utilização dos tempos verbais (GOUVEIA, ALVES E TEIXEIRA, 2008).

Na DI é comum o déficit na produção da linguagem, com alterações na morfologia e, em decorrência disso, a construção de frases curtas e simples. Devido à limitada capacidade expressiva, ocorrem poucas interações diárias que favoreçam o aperfeiçoamento, o que acaba gerando um ciclo: como as pessoas não entendem muito bem o relato daquele indivíduo com DI, ele não insiste na fala, sendo que a linguagem e a fala são elementos primordiais para o melhor desenvolvimento dos demais processos cognitivos (FLETCHER et al., 2009; MALLOY-DINIZ et al., 2010).

Podem-se observar também prejuízos consideráveis no que se refere à pragmática, que nos possibilita utilizar a linguagem nos vários contextos práticos de interação comunicativa. Os indivíduos com DI tem dificuldade em utilizá-la para interação social, como cumprimentar os demais, saber esperar pela sua vez na conversação, ser capaz de captar a atenção de seus parceiros de comunicação através de estratégias não verbais, como contato visual ou toque, e verbais, como iniciar, manter e terminar um diálogo, fazer modificações semânticas e sintáticas dependendo da pessoa a quem se dirige e diversificar a utilização de varias funções comunicativas (GOUVEIA, ALVES E TEIXEIRA, 2008).

Com relação ao nível fonológico, existe maior incidência de problemas articulatorios, variando estes entre as pessoas com quadros mais leves de DI (8 a 9% de alterações articulatorias) e as pessoas com quadros mais graves de DI (70 a 90% com alterações articulatorias) (RONDAL E EDWARDS, 1997).

Os prejuízos cognitivos apresentados nas pessoas com DI afetam diretamente as habilidades de linguagem, acarretando dificuldade em fazer generalizações, prejuízo em memória auditiva, no processamento e compreensão auditivos, com dificuldade para selecionar determinada palavra do seu campo lexical e semântico, com pensamento abstrato geralmente mais limitado. Esses fatores fazem com que desenvolvam uma linguagem mais concreta quanto ao conteúdo, com enunciados curtos e com gramática simples ou incorreta. Tais limitações acentuam-se quando associadas à presença de alterações perceptivas e físicas (GOUVEIA, ALVES E TEIXEIRA, 2008).

CONSIDERAÇÕES SOBRE A INTERVENÇÃO

No que se refere à intervenção com enfoque na linguagem e comunicação das pessoas com DI, é essencial que um trabalho interdisciplinar seja realizado com diferentes profissionais e envolvendo a família e todos os contextos do indivíduo, como o educacional, doméstico, profissional e de lazer.

Os objetivos principais envolverão um ajuste da comunicação e interação comunicativa entre a pessoa com DI e o ambiente (frequentemente a família, inicialmente), auxiliando na identificação dos níveis comunicativos da pessoa para que estes sejam estimulados e valorizados. É essencial também o enfoque na promoção de capacidades comunicativas que levem à autonomia, tornando o indivíduo participante ativo em diferentes contextos por meio da comunicação (GOUVEIA, ALVES E TEIXEIRA, 2008).

Muitas vezes, para que a pessoa com DI alcance a comunicação funcional, não será possível o uso da fala, e então será necessária a inserção de formas alternativas para que possa expressar as suas necessidades e estabelecer interações sociais. Um indivíduo com DI com poucas dificuldades de fala pode também necessitar de uma forma alternativa de comunicação para ampliar sua fala e linguagem, com o objetivo de tornar a fala mais inteligível.

Na DI, os prejuízos no comportamento adaptativo e habilidades de comunicação levam o indivíduo a apresentar déficits importantes de linguagem, sendo necessário em parte dos casos o uso de recursos alternativos de comunicação para promover situações interativas (LUCKASSON et al., 2002). Quando o indivíduo é totalmente incapaz de falar ou sua fala não é capaz de promover sua comunicação, é necessário que recursos alternativos sejam utilizados a fim de restituir o processo interativo desse sujeito com o seu contexto. Assim, os sistemas de comunicação tornam-se alternativas na promoção de uma comunicação mais efetiva, proporcionando meios funcionais de comunicação e promovendo a inclusão social (NUNES, 2009).

A comunicação alternativa objetiva compensar temporária ou permanentemente dificuldades de indivíduos com distúrbios de expressão. Diferentes terminologias são empregadas no Brasil nesse campo, como “comunicação aumentativa e alternativa”, em função da expressão correspondente em língua estrangeira “*augmentative and alternative communication*” ou “comunicação alternativa e facilitadora” ou “comunicação alternativa”.

O termo “comunicação suplementar e/ou alternativa” (CSA) é frequentemente utilizado e representa os propósitos desta área (CHUN E MOREIRA, 1998).

Um sistema de CSA consiste de um grupo integrado de componentes (símbolos, estratégias e técnicas) com o objetivo de facilitar a participação do indivíduo em vários contextos comunicativos. Os sistemas de CSA podem ser de baixa ou de alta tecnologia, dependendo do tipo de equipamento e estrutura utilizada, podem variar quanto à extensão e complexidade (número e tipo de símbolos que os compõem), quanto à forma como esses símbolos são organizados e quanto à forma como são selecionados para a composição de mensagens. A CSA pode ser baseada em sinais manuais e em sinais gráficos (Gonçalves, Capovilla e Macedo, 1998).

A comunicação com ajuda inclui todas as formas de comunicação em que a expressão da linguagem se dá por uma forma física externa ao usuário, por exemplo, os sinais são selecionados por meio de ponteiros, sintetizadores de fala, computadores ou outros recursos. A comunicação sem ajuda inclui as formas de comunicação em que o indivíduo pode se expressar sem tais instrumentos. Os sinais são produzidos pelo indivíduo, como os sinais manuais que ele próprio realiza (piscar de olhos para indicar “sim” e “não”, e apontar figuras ou objetos).

A comunicação dependente é aquela em que a comunicação do indivíduo depende de outra pessoa que deve sintetizar ou interpretar o que está sendo dito, e a comunicação independente significa que a mensagem é formulada completamente pelo usuário da CSA, por exemplo, com a ajuda de um sintetizador de fala ou outras técnicas em que a mensagem é escrita em papel ou em uma tela. Portanto, os recursos tecnológicos são importantes, principalmente no caso de sistemas de comunicação com ajuda e nos de comunicação independente (GONÇALVES, CAPOVILLA E MACEDO, 1998).

Uma das formas mais tradicionais de CSA são os sistemas gráficos que usam figuras em cartões, organizados em pranchas ou tabuleiros acoplados à cadeira de rodas, ou quando o paciente não faz uso dela, em pastas.

Porém, esse tipo de implementação apresenta desvantagens, pois a comunicação entre usuários do sistema é difícil sem a intermediação de terceiros, o que se deve à posição da prancha nas cadeiras de rodas e à limitação motora do usuário, que muitas vezes não tem controle suficiente para indicar os símbolos na prancha. A limitação do espaço disponível na prancha restringe o número de símbolos, sua organização e seu manuseio. Como tais implementações dependem primordialmente da visão, não permitem produção sonora e conseqüentemente, comunicação a distância. Todos esses fatores tornam lento o processo de comunicação (GONÇALVES, CAPOVILLA E MACEDO, 1998).

A CSA não deve ser compreendida como fim, mas como meio para desenvolver a linguagem. Assim, o emprego da CSA não pode ser visto apenas como solução para aqueles que não podem falar substituindo essa capacidade ou a inibindo, mas sim para favorecer a linguagem.

Light (1997) cita quatro razões para a comunicação. A primeira é a expressão das necessidades e desejos. A segunda, a aproximação social (estabelecer, manter e desenvolver relações pessoais e de amizade com os outros). A terceira seria o compartilhar de informações, novas ou já conhecidas, e a quarta razão seria a comunicação para o estabelecimento de convenções de regras sociais. Portanto, favorecer a linguagem na CSA não significa reduzi-la ao ensino e ampliação de vocabulário ou de técnicas de acionamentos de computadores e ou outros equipamentos, mas em possibilitar uma interação verbal que vá além da expressão das necessidades básicas, e que possa propiciar um domínio real da língua e oferecer flexibilidade de comunicação de modo simples. Não constitui um fator de inibição de fala, ao contrário, pode também favorecê-la, desde que ela seja compreendida como um recurso adicional às possibilidades de linguagem do sujeito, o que implica favorecer o indivíduo em todas as suas possibilidades linguísticas.

O uso da CSA aumentou a partir da década de 70, quando se deu maior importância para os indivíduos com deficiência, assim como para a integração deles na sociedade, buscando melhor qualidade de vida, inserção na escola e oportunidades de trabalho. Existem diversas vantagens no uso da CSA, que promove a participação do sujeito com DI em diferentes contextos sociais. Apesar da sua utilização não inibir a fala e até mesmo estimulá-la em diversos casos, o receio de que isso ocorra é um dos fatores de maior resistência por parte principalmente dos familiares (CHUN e MOREIRA, 1998).

O objetivo não está voltado ao recurso a ser utilizado, mas em oferecer condições de vida mais próximas daquelas consideradas adequadas, favorecendo a linguagem e conseqüentemente, a interação e integração social do indivíduo.

CONCLUSÃO

Indivíduos com DI podem e devem, assim como os demais, conviver e desfrutar de ambientes e oportunidades de ensino que garantam maior autonomia e independência em seu dia a dia. É necessário identificar as potencialidades e dificuldades particulares para que, assim, seja possível um plano de intervenção eficaz. Ainda que os prejuízos intelectuais não possam ser minimizados a ponto de se desempenharem de acordo com os pares em avaliações cognitivas, muito pode ser feito em relação a estratégias específicas para favorecer ganhos importantes no comportamento adaptativo.

A comunicação e linguagem são um dos fatores mais importantes nessa caminhada e devem ser consideradas em primeiro plano, tendo em vista a relevância para as relações em geral, expressão de desejos e afirmação como sujeito. Deste modo, com o suporte necessário, é possível a garantia do bem-estar e inclusão na sociedade.

REFERÊNCIAS

American Psychiatric Association. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais - DSM-V*. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BARRERA, S.D.; MALUF, M.R. Consciência metalinguística e alfabetização: um estudo com crianças da primeira série do ensino fundamental. *Psicol. Reflex. Crit*, Porto Alegre, v.16, n.3, p.491-502, 2003.

BATES, E. *Language and context*. New York: Academic Press, 1976.

BEE, H. *A criança em desenvolvimento*. 7. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BEFI-LOPES, D.M.; CATTONI, D.M.; ALMEIDA, R.C. Avaliação de aspectos da pragmática em crianças com alteração no desenvolvimento da linguagem. *Pró-Fono*, v.12, n.2, p. 39-46, 2000.

BISHOP, D. ; MOGFORD, K. Desenvolvimento da linguagem em condições normais. In: _____. *Desenvolvimento da Linguagem em circunstâncias excepcionais*. Rio de Janeiro: Revinter, 2002, p.1-26.

CHUN, R.Y.S.; MOREIRA, E.C. Questões da linguagem e da tecnologia na comunicação suplementar e/ou alternativa. In: FOZ, F.B.; PICCARONE, M.L.C.D.; BURSZTYN, C.S. (Org.). *A tecnologia informática na fonoaudiologia*. São Paulo: Plexus, 1998, p. 97-111.

FLETCHER, J. M. et al. *Transtornos de aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GONÇALVES, M.J.; CAPOVILLA, F.C.; MACEDO, E.C. Comunicação alternativa, tecnologia e fonoaudiologia. In: FOZ, F.B.; PICCARONE, M.L.C.D.; BURSZTYN, C.S. (Org.). *A tecnologia informática na fonoaudiologia*. São Paulo: Plexus editora, 1998. p.114-122.

GOUVEIA L, ALVES P, TEIXEIRA S. Comunicação, linguagem e fala: o papel da terapia na interação social. *Revista diversidades*, v.22, p. 14-17, 2008.

HALLIDAY, M. *Language as social semiotic: the social interpretation of language and meaning*. Baltimore: University Park Press, 1978.

LIMA, P.S.T. *A estimulação e o desenvolvimento da linguagem em portadores de deficiência mental*, 2002. 44p. Monografia (Especialização em psicopedagogia) - Universidade Candido Mendes.

LIGHT, J. Communication is the essence of human life: reflections on communicative competence. *Augmentative and alternative communication*, v.13, n. 2, 1997.

LUCKASSON, R. et al. *Mental retardation: definition, classification, and systems of supports*. 10th ed. Washington: American Association on Mental Retardation, 2002.

Malloy-Diniz, L. F. et al. *Avaliação neuropsicológica*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MILOSKY, L.M. As crianças na escuta: o papel do conhecimento de mundo na compreensão da linguagem. In: CHAPMAN, R.S. *Processos e distúrbios na aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

NUNES, D.R.P. Introdução. In: MANZINI, E.J. et al. *Linguagem e comunicação alternativa*. Londrina: ABPEE, 2009. p.1-8.

PERISSINOTO J, CHIARI BM. A avaliação como ação precursora do diagnóstico. In: Andrade, E.

Marcondes, C. R. F de. *Fonoaudiologia em pediatria*. São Paulo: Sarvier, 2003. p.135-40.

RONDAL, J.; EDWARDS, S. *Language in mental retardation*. UK: Whurr Publishers Ltd, 1997.

SALLES, J.F et al. Desenvolvimento da consciência fonológica em crianças de primeira e segunda séries. *Pró-Fono Revista de Atualização Científica*, v.11, n.2, p.68-76, 1999.

TETZCHNER S, MARTINSEN H. *introdução à Comunicação Aumentativa e Alternativa*. Porto: Porto editora, 2000.

VIEIRA F, PEREIRA M. *Se houvera quem me ensinara: a educação de pessoas com deficiência mental*. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.